

CONTEÚDO SOCIAL DO EVANGELHO DE CRISTO

Wiama de Jesus Freitas Lopes¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer acerca da definição e importância do conteúdo social do Evangelho de Cristo e suas vinculações na primeira e terceira revelações. A formulação dessa produção foi envidada paralelamente a partir dos estudos do Evangelho de Mateus ocorridos no Núcleo de Estudo e Pesquisa do Evangelho “Paulo e Estêvão”, de Cajazeiras PB, e se delineou por pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, lidando com o complexo desafio de abordar a questão teológica pela qual se constitui o conteúdo social do Evangelho de Cristo com suas bases na Aliança de Deus junto aos homens. Esta produção está delineada a partir da necessidade de se problematizar a temática em questão ante a contemporânea barreira da cultura individualista de nossos tempos que, por sua vez, impõe arquétipos de ser, sentir, pensar e comportar-se no mundo à revelia do que está instruído nos Evangelhos, desde a Aliança de Deus com os homens em relação ao fato de sermos uma só família, reunidos em Cristo, como filhos do mesmo Pai.

PALAVRAS-CHAVE: Conteúdo Social do Evangelho. Justiça social. Revelações.

“Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; fui forasteiro e me hospedaste, estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; preso, e fostes ver-me.”
(Mateus 25, 35-36)

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser político por natureza. Isto deve-se pelo fato de o ser humano ter seu processo de constituição de si indissociável de suas relações de natural produção de cultura, assimilação, aculturação e no geral com a formação de si vinculada ao seu contexto histórico, comumente situado à luz de crenças e condicionalidade de valores de uma dada época. Valores esses que por vezes são meticulosamente concebidos, legitimados e requeridos por dadas expressões de poder.

¹ Integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Evangelho “Paulo e Estêvão”, da Cidade de Cajazeiras PB e Trabalhador Espírita da Casa Espírita “Lar dos Idosos – O Reencontro”, de Cajazeiras PB. Filósofo (FAFIC Cajazeiras) e Pedagogo (UNIFAP). Mestre em Educação (UFPA), Doutor em Educação (UFSCar) e Pós-Doutor em Educação (UFRN). Docente da UAE-CFP/UFCEG. E-mail: uiama@uol.com.br

Compreender para melhor viver os Evangelhos também implica em conhecer e entender a nossa história e, nela, aqui, em caso específico, o contexto sociopolítico dos tempos de Jesus. Esse itinerário ético que nos é necessário nos traz algumas questões estruturais para dimensionar o conteúdo social do Evangelho. Algumas dessas questões são: até que ponto a ocidental e moderna instituição da separação entre religião e política — da qual hoje nos constituímos — interfere na compreensão do conteúdo social dos Evangelhos? Há um conteúdo social nos Evangelhos? Se há, em que configuração tal conteúdo se estabelece? E por que não o vemos circunscritamente de modo objetivo? O Reino de Deus tem a ver com um eventual conteúdo social da mensagem dos Evangelhos? Caso tenha, até que ponto? Ou, não sendo o Reino dos Céus deste mundo, ele nada tem a ver com as estruturas de vida que cotidianamente aqui se instituem e nos constituem? Amar como Jesus amou implica em uma conduta para com as coisas do alto que passe por uma individuada dimensão despolitizada de compreensão das relações sociais que condicionam o nosso viver?

Antes do contexto de Mateus, o conteúdo social do Evangelho nasce e se constitui ao longo da Primeira Revelação². Delineia-se desde a Aliança de Deus com Abraão. Discorrer sobre o conteúdo social do Evangelho do Cristo demanda buscar seus fundamentos na Primeira Revelação para melhor o apreendermos. No entanto, não sem circunstanciá-lo à luz do Paracleto Prometido em João 14; 16 e em Mateus 17.

2 O CONTEÚDO SOCIAL DO EVANGELHO DE CRISTO

Conteúdo social do Evangelho é o teor de conduta moral especificamente exortado à edificação de uma coletividade e em prol de padrões espirituais de um povo em função da Aliança com Deus. A imersão no egoísmo ou a recrudescência ao egoísmo não está em questão nos pontos de cerne da formação de consciência moral. Somos todos filhos de um só Pai e reunidos, todos, em um só povo desde a Aliança (Malaquias, 2:10).

² Em síntese, segundo Champlin (2018, pp. 1521-1523) Revelação é o ato pelo qual Deus Se dar a conhecer junto a corações sob esforços de condições para tal (Jr 9.24; 24.7), tendo em vista o querer de Deus para relacionar-se com Seus filhos em função também do fato de andar e habitar no meio de Seu povo, os filhos Seus (Êx 6.7; Lv 26.12; Jr 7.23; 11.4; 30.22; 32.38; 2Co 6.16; Hb 8.10; Ap 21.3). E, ainda, pelo fato de oportunizar a Seus filhos O adorarem em função do padrão espiritual que necessitam cultivar.

Como o homem é um ser de relações para com outros semelhantes e para com interações na dinâmica natureza-trabalho, inexoravelmente, os homens desenvolvem conteúdos sociais nas bases de seus processos de endoculturação em suas existências, por exemplo. Em função do conteúdo social a sociabilidade humana deflagra-se em forte correlação entre interesses pessoais e de estruturas de relações sociais que possibilitam a (re)produção das bases de vida. Auxílios mútuos, referências de autoridade ética, padrões de organização comunitária e religiosas, tempos comuns, mutirões, formulações e partilhas de crenças, cooperação e participação, estruturas de proteção do grupo e formas de compreensão e de relação para com o sagrado são alguns dos elementos constitutivos do conteúdo social de um povo em suas relações imediatas de agrupamento humano.

Na Teologia Bíblica podemos aferir ao longo das Escrituras o conteúdo social que se deu pela Aliança de Deus junto aos homens a partir de uma dinâmica de amor a Deus e ao próximo (Ex 20; Mt 7,12), de obediência e equilíbrio em relações para com um próprio povo (Mq 6, 8), de cooperação para com o coletivo (1Cor 12, 24-25; Ef 5, 21), de honra aos pais (Ex 20, 12), e respeito memorável aos mais velhos e de obediência à autoridade, além de comiseração para com todos (Is 58.6,7) e de cuidado para com os outros enquanto o autêntico outro (Lc 10, 25-37). Ainda sob da Aliança de Deus, conforme lembra o Profeta Ezequiel (18, 7-8), “o homem justo não oprime a ninguém, antes, devolve corretamente o que aceitou como garantia num acordo de empréstimo. Não comete furtos nem roubos, antes dividi a sua própria comida com os famintos e veste o que não tem roupas. Não empresta visando lucro, nem cobra juros. Reprime suas atitudes a fim de não cometer algum erro, e procura julgar com justiça e imparcialidade todas as questões humanas.” O homem justo em relação à Aliança nunca deveria se aproveitar, de modo exploratório, do pobre e/ou do necessitado, fosse ele um irmão israelita ou um estrangeiro que vivesse em uma das cidades sob a Lei da Revelação (Dt 24, 14).

O sentimento de retidão e de justiça perante a Aliança com Deus, regulando o conteúdo social da orientação religiosa na Primeira Revelação, estabelecia que no Ano de Jubileu³, os escravos tinham a sua liberdade completamente restituída (Lv 25, 10). Todos os

³ Conforme Pfeiffer et al. (2007, p. 639), “o ano do jubileu acontecia a cada 50 anos (Lv 25). O ano seguinte a sete ciclos de sete anos. Nesse ano, não só as dívidas eram canceladas e os escravos libertos, como as terras - fosse uma fazenda ou propriedade em uma cidade não murada - que tivessem sido alienadas por causa de dívidas

servos ou escravos⁴ deviam ter restauradas suas liberdades quer seja em ano sabático ou no ano do jubileu (Lv 25, 39-46; Jr 34.8-14). O Ano do Jubileu era lembrado a cada 50 anos referencialmente para proclamar a liberdade junto a absolutamente todos que, por sua vez, estavam exortados a seguirem suas vidas tendo Deus como único Senhor.

De modo contíguo, tanto no Velho Testamento, ou seja, na Primeira Revelação, quanto na Segunda Revelação, a do Cristo, no Novo Testamento, a busca pelas coisas do alto tem necessariamente uma vertente social por atitudes solidárias e/ou equânimes alinhadas ao benefício do grupo em relação à sua segurança e prosperidade (1Pe 2, 17), no que diz respeito à metas comuns de um povo no tocante ao uso da riqueza para manter uma necessária estrutura social (At 4, 32; 2Cor 9, 12-13).

O conteúdo social da Aliança com Deus, ratificado pela vivência de Jesus nos Evangelhos, é oposto à representação arquetípica do individualismo em matéria de nossa conduta frente às relações sociais que nos cercam. No “Pai Nosso”, por exemplo, não há qualquer referência de nossa comunicação com Deus apresentando-nos ou pondo-nos de modo individualizado ou a apartado de uma coletividade. Isso não significa dizer, necessariamente, que não possa haver lugar de comunhão e reportar-se de modo pessoal a Deus em nossas orações que também incluem o Pai Nosso.

No “Pai Nosso” sempre ao tratar-se de Deus temos um só Nome, um só Reino e uma só Vontade: A Dele! De Deus. Isto é devido ao fato de ser Deus, um único. Mas quando no

ainda não pagas, deveriam ser devolvidas aos seus antigos donos (Lv 25.28). A propriedade em uma cidade murada, entretanto, só poderia ser resgatada durante um ano, e não estava sujeita às provisões do ano do jubileu (Lv 25.30). *Garantias ou penhores devido a empréstimos.* Não havia qualquer proibição quanto a garantias, exceto em relação às necessidades primárias exigidas pelo pobre: (1) uma veste externa recebida como garantia deveria ser devolvida antes do pôr-do-sol (Êx 22.26); (2) as vestes de uma viúva não podiam ser aceitas como garantia (Dt 24,17), as mós (a menor), nem mesmo a mó de cima podiam ser aceitas como penhor, pois representavam o próprio meio de subsistência do devedor (Dt 24.6); (3) nenhum credor podia entrar na casa do devedor para se apossar de uma garantia - o devedor deveria entregá-la ao credor (Dt 24.10,11); (4) embora a escravidão não fosse excluída, ela estava limitada a seis anos (Êx 21,2; Lv 25.39-42; Dt 15.9). Com o desenvolvimento das atividades comerciais da época de Salomão, os judeus devem ter feito empréstimos conforme o padrão dos mercadores fenícios. Dessa forma, em Provérbios existem graves advertências sobre o perigo de assumir a responsabilidade pela dívida de outros (Pv 6.1-5; 11.15; 17.18; 20.16; 22.26). As brutais injustiças devem ter sido cometidas contra os devedores no final da monarquia judaica, porque Deus havia classificado a cobrança de juros ao lado dos pecados da idolatria, homicídio e roubo (Ez 18.13; cf. vv. 8,17; Jr 15.10).”

⁴ A escravidão registrada no Antigo Testamento era diferente da escravização que conhecemos e que se deu no Brasil desde 1524. Haja vista que sujeitar uma pessoa raptada à escravidão era um crime punível com a morte tanto na lei de Hamurabi, quanto na lei de Moisés (Êx 21.16; Dt 24.7). E, conforme já pautado na nota acima, a partir de Pfeiffer et al. (2007, p. 639), a escravidão pela Lei Mosaica deveria estar limitada a seis anos (Êx 21,2; Lv 25.39-42; Dt 15.9).

“Pai Nosso” trata-se de outro ente que não Deus, em momento nenhum estamos sós ou individuados na direção do Criador. É sempre “o pão nosso...”, “nos dai hoje...”; “nossas ofensas...”; “assim como perdoamos a quem nos tem ofendido...”; “não nos deixeis...”; “livrai-nos do mal...” Não há na oração que Cristo nos ensinou lugar outorgado para individuação de sujeitos ante ao Criador. Por mais pessoal e intransferível que seja o caminho da perfectibilidade para o qual nos exortou Jesus e, de igual modo, pessoais e intransferíveis que sejam a devida transformação moral e o enfrentamento de más inclinações. E esta dimensão não está posta para ser (re)visitada somente a partir de dinâmicas esporádicas de contributos individuais articulados em frentes de caridade material.

Nos Livros Sapienciais ou Poéticos (Os Salmos, Jó e os Provérbios) o ideal espiritual de piedade, bondade ou de santidade são patamares dependentes estruturalmente da observância e vivência da Justiça. A consciência moral no judaísmo não era possível sem o senso e a observância da justiça social. De acordo com Champlin (2018, p. 928), órfãos, viúvas e espoliados que esmolavam às portas do Templo em Jerusalém proferiam em alta voz a expressão *šedāqāh* (pronuncia-se ‘*tzedakah*’) que significa “ordem, retidão, justiça, comportamento justo, ação salvadora”. Nos tempos de Cristo, na tradição hebraica, não havia consciência moral sem justiça também em sua caracterização de dimensão social. Esta questão, a da justiça em sua acepção social, de modo objetivo, entra em duas das nove Bem-aventuranças anunciadas no Evangelho de Mateus, quando pautado: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos.” (Mt 5, 6) e “Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus” (Mt 5,10).

Segundo Carter (2002) o Evangelho de Mateus tem um perfil estrutural de ter sido escrito para a parte do povo às margens da sociedade; aos deserdados sociais. É fundamentalmente sob essa constituição identitária de Mateus que o código do monte referencializa a Justiça como um dos pontos de cerne da Segunda Revelação. No entanto, agora, lida a Justiça de modo mais alinhado à predominância do Amor pautada por Jesus com vivência mais aprofundada que em relação ao amor ao próximo como o constituído desde Levítico (19, 18). Carter (2002) lembra que tanto nas Bem-aventuranças, quanto para além delas, Jesus ratifica a Justiça na Aliança de Deus com os homens de modo categórico. Ainda segundo o autor a ratificação da Justiça por Jesus fora do cerne dos Evangelhos trazido nas Bem-aventuranças se dá quando em Mateus (23, 23), Jesus estabelece: “Ai de vós, escribas e

fariseus, hipócritas, que pagais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas omitis as coisas mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade. Importava praticar estas coisas, mas sem omitir aquelas.” Essa mesma dimensão social pela qual se caracteriza a justiça de Deus em um de seus basilares fundamentos é exortada também a Paulo ao final do Concílio de Jerusalém por Pedro, Tiago e João quando tais apóstolos, após confiada e abençoada a missão junto aos gentios, exortam a Paulo que ‘se lembrasse dos pobres’⁵. Para o que Paulo registra pessoalmente que também se esforçou em dar conta (Gl 2, 7-10).

O Evangelista João exorta que melhor se viverá na medida em que se compreender não ser possível amar a Deus afastando-se ou odiando Sua obra (1Jo 4, 20). Pois, “quem não ama, não chegou a conhecer a Deus, porque Deus é amor.” (1 Jo 4:8). O ponto de cerne do desafio é entender e viver essa capacidade de amar para além de dinâmicas esporádicas de caridade unicamente material e de estruturas arquetípicas e individuadas do “eu” como ponto de deflagração do entendimento de todas as coisas.

O Amor expressado por Cristo é configurado em uma rede de confluência social e que tenha a vida em plenitude referência de medida. E como nos lembra o Evangelista João (10, 10) para que todos⁶ tivessem vida plenamente. Obviamente por uma acepção primeira de relações sociais imbricadas em cuidados de humanização. Tal questão remete-se à necessária rede social de humanização e não pode ser concebida fora de uma estrutura de proteção quer seja pelos fundamentos de dignidade em relação à vida, quer seja por uma necessária e formal rede de proteção junto aos que mais precisam.

O Amor de Cristo nos ensinado passa por uma expressão desinteressada em relação ao servir e ao cuidar em um todo; junto aos outros. O Amor nos exortado se materializa em nossa compreensão e aproximação ao próximo enquanto o autêntico outro. O próximo do Samaritano apresentado na parábola, por exemplo, assaltado e espancado, estava nu e desacordado, portanto, não falava. Não dava para reconhecer por suas vestes — que não as tinha — e nem por seu sotaque, dialeto ou língua, por estar ele desacordado, se era judeu ou

⁵ A justiça aos pobres, antes, é uma questão estrutural de necessária Sabedoria ante a um só Pai e Senhor. É o que nos lembra Salomão em Eclesiastes: “De novo voltei a minha atenção e vi toda a opressão que ocorre debaixo do sol: Vi as lágrimas dos oprimidos, mas não há quem os console; o poder estava do lado dos seus opressores, e não há quem os console.” (Eclesiastes 4:1)

⁶ Grifo meu.

não; ou se era estrangeiro, pobre ou rico. Samaritano, ou integrante de povo pagão. Aldeão ou Cosmopolita... Cristo o colocou na condição de autêntico outro. O outro, diferente de nós, sem que seja uma extensão de nós e/ou de nossas esferas de semelhanças ou de predileções.

Ainda que Jesus tenha afirmado que Seu Reino não fosse desse mundo, conforme João (18,36); não se pode entender sob essa acepção que o Reino de Jesus nada tivesse ou tenha a ver com o plano das condições materiais de existência em nossos cotidianos ou que nada tivesse a ver o Reino dos céus com o contexto cotidiano de época da Encarnação.

Em Mateus (13, 24) fazendo alusão ao Reino de Deus, Jesus estabelece que “o Reino dos Céus é como um homem que semeou boa semente em seu campo. Mas enquanto todos dormiam, veio o seu inimigo e semeou o joio no meio do trigo e se foi.” Ora, não se pode haver “joio no céu”, portanto, esse Reino que contém sabotadores, dispersadores, falsos e verdadeiros está ainda entre nós; na terra. Embora o Reino ainda não seja desse plano, está imbricado a partir desse plano. Jesus, o Rei prometido a Israel, quando se fez carne e habitou entre nós, proferiu: “O Reino de Deus não vem de modo visível, nem se dirá: ‘Aqui está ele’, ou ‘Lá está’; porque o Reino de Deus está **entre** vocês” (Lc 17:20-21). Pois o Rei estava corporalmente entre nós. Assim sendo, como não há Rei sem soberania, ou sem “súditos” ou até mesmo sem “Reino” em sua presença, pela presença do Rei, o Reino já estava circunscrito. Sobretudo em função das regras de convivência para Seu povo. Embora o Reino não estivesse concluído ou estabelecido em definitivo em função também daqueles estágios de desenvolvimento espiritual dos homens, também ali, em seus planos e condições.

Sermos atentos à mensagem do “Reino”, “súditos” na condição de filhos, conhecidos por nos amarmos uns aos outros, na dimensão de seguidores de Cristo (Jo 13, 35), implica em muito mais que ter inserção sistemática e duradoura ante determinada frente de caridade material. Amarmo-nos segundo o exortado por Cristo implica, indistintamente, em benevolência para com todos. O que se constitui na vivência pela maior pureza da Lei Amor. O que consiste estabelecer sob uma ótica mais elevada de luz, não poder ser possível haver Justiça sem amor e caridade; bem como não haver amor sem justiça e caridade ou caridade sem justiça e amor. Toda caridade sem justiça e amor é só um controvertido início da real caridade em sua essência constitutiva. Todos estamos irmanados ao processo de dignificação de consciências espirituais, alinhados pela Lei de Causa e Efeito, atraídos à perfectibilidade

sob os condicionantes da Misericórdia Divina manifestas pela Lei de Justiça, Amor e Caridade.

A César, ou seja, à dimensão humana responsiva dos recursos da evolução, será sempre vinculada as provas e expiações necessárias na jornada do espírito. Provas e expiações essas que são singulares e intransferíveis para a dignificação de consciências e que resultam em decorrência das imperfeições correspondentes de cada espírito. No entanto, nunca sem o alcance da providência de Deus em suas jornadas de reparação. Que não sejamos nós a julgar ou a condenar irmão, em seus próprios processos de reparação, por atávicas sanhas de punibilidade! Haja vista ser o Amor o elemento constitutivo pelo qual se nutre, vibra e amadurece o espírito que somos. Reunidos em uma mesma criação, decorrente de um profundo ato de amor do mesmo Pai.

3 CONCLUSÃO

Conteúdo social é um conjunto de componentes de valoração das condutas humanas de agregação sob um determinado grupo social que, por sua vez, encontra-se dependente do sentimento e do dever de equidade e solidariedade daqueles que o constitui. Os agrupamentos humanos desenvolvem por natureza coletividades com valores comuns em função de suas necessárias estruturas sociais de existência, à luz de um dado processo de constituição identitária. O primeiro e mais referencial teor de orientação de condutas coletivas estabeleceu-se a partir da Aliança.

Na Primeira Revelação o conteúdo social das exortações para o povo se constituiu por intermédio de orientações de condutas de coesão, coletividade e proteção do povo israelita como nação sacerdotal na direção de todos os povos da Terra. E foi tal Aliança instituída por Deus para com os homens e não por parte de uma proposição humana na direção de Deus. Um dos pontos de cerne de tal Aliança, por parte de Deus Imutável, alinhou-se ao amparo e em atração ante à reciprocidade no e do bem. Para todos.

Desde o arquétipo espiritual Eva, analogamente nos apresentado em Gênesis, os homens com seus interesses pessoais pouco ou quase nada evangelizados tiram os desígnios do Pai do lugar de referência e colocam em seus lugares, a partir de seus próprios desejos,

aquilo que anseiam. E o fazem do alto de das condições servis à materialidade. O que lhe estaciona por conta e risco à espera dos recursos da evolução que se configuram pela dor.

Desde Mateus, os Evangelhos trazem de modo ainda mais referencializado — e aprofundado — a equidade e a solidariedade junto ao povo como expressões diretas de Justiça. Haja vista o dever do homem no caminho da retidão entender que os desígnios de Deus são “[...] assim na Terra, como no Céu [...]” e que O Eterno, providentemente, tem Sua vontade sobre o céu e a terra de modo contíguos — em Sua infinita misericórdia — para com bons e maus. Ser para com o próximo na direção do padrão vibratório das coisas do alto, assim como Deus É conosco, se institui como condição da necessidade e da essência do espírito que somos.

Desde o Antigo Testamento a pobreza sempre expõe a dramaticidade do nível de injustiça que paira sobre uma sociedade. A pobreza é a expressão e razão direta de uma dada face da injustiça em suas dinâmicas ensurdecedoras de concentração de renda. Exponencializadas concentrações de renda por sua vez são expressões diretas do nível de egoísmo que as originam, obstando o progresso moral. E quanto mais estruturalmente legitimadas forem em uma dada sociedade as concentrações de renda, mais adoecidas estarão estruturas institucionais que gerem a vida naquele dado contexto social. Cabe destacar que o egoísmo é o maior obstáculo à felicidade dos homens.

A caridade e a humildade são dois fatores estruturantes de nossas atenções para com os pontos de cerne da Aliança de Deus junto aos homens. Ainda que ante a evolução estejamos em diferentes percursos de nossas trajetórias de provas e expiações, estamos todos irmanados, indistintamente, como filhos do mesmo Pai e reunidos sob uma mesma lei de um Imutável, Eterno e Soberano Senhor. Nesta seara de serviço e constituição de si, tal qual a sociedade judaica, também estamos terminantemente desaconselhados a ter outros senhores a não ser Deus (Dt 6, 4; Is 43, 11-13).

Estamos terminantemente exortados a não dedicarmo-nos a mamom. O teor da Revelação de Deus, na natureza de profundidade e extensão da direção do outro, está muito para além de amar ao próximo como a si mesmo e só fazer aos outros o que gostaríamos que fosse feito a nós. O teor da Revelação de Deus em suas três porções de fermento que nos foi dado a conhecer por misericórdia encontra-se vinculado desde à Aliança sob o fato de estarmos reunido em um só rebanho. Irmãos e filhos do mesmo Pai. Filhos necessitados de

atentar para a profundidade que há no encontro cotidiano com seus irmãos como ponto contextual de abertura e de amor ante a Deus (Mt 25, 35-45).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

CHAMPLIN, Russell Norman. **Novo dicionário bíblico - Champlin**. Hagnos Ed.: São Paulo SP, 2018.

CARTER, Warren. **O Evangelho de São Mateus**: comentário sociopolítico e religioso a partir das margens. São Paulo: Paulus, 2002.

PFEIFFER, Charles F.; REA, John; VOS, Howard F. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Trad. Degmar Ribas Júnior. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.